

1/15

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2018

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Murça**, reportada ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2018, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 3.126.048,27 € de despesa paga e um total de 4.015.356,77 € de receita cobrada, incluindo o saldo de gerência de 665.950,37 €), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 26.073.146,49 € e um total de fundos próprios de 13.214.919,75 €, incluindo um resultado líquido de 436.485,51 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira semestral:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
 - e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
4. Responsabilidade do auditor pela informação financeira semestral.

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo, informação económica e financeira independente baseada no trabalho efetuado.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa	Dotação	Compromissos	Saldo	Grau Exec.	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec.	Grau Exec.	Grau Exec.	
Cl.	Designação	Corrigida		efectiva			Orç Jun 18	Orç. Jun 17	Orç. Dez 17	
1	Despesas com o pessoal	2 354 420,00	2 216 180,61	138 239,39	94,13%	1 142 604,79	1 211 815,21	48,53%	49,52%	97,70%
2	Aquisição de bens e serviços	2 451 552,95	2 255 205,94	196 347,01	91,99%	949 385,25	1 502 167,70	38,73%	42,14%	73,89%
3	Juros e outros encargos	86 500,00	70 636,38	15 863,62	81,66%	32 594,18	53 905,82	37,68%	38,57%	83,51%
4	Transferências correntes	443 900,00	351 518,43	92 381,57	79,19%	163 692,32	280 207,68	36,88%	36,98%	87,08%
5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
6	Outras despesas correntes	62 500,00	45 580,98	16 919,02	72,93%	31 289,74	31 210,26	50,06%	54,43%	82,00%
	DESPESAS CORRENTES	5 398 872,95	4 939 122,34	459 750,61	91,48%	2 319 566,28	3 079 306,67	42,96%	44,82%	85,41%
7	Aquisição de bens de capital	1 560 165,50	825 774,27	734 391,23	52,93%	421 372,82	1 138 792,68	27,01%	11,37%	45,78%
8	Transferências de capital	175 000,00	133 077,01	41 922,99	76,04%	29 935,33	145 064,67	17,11%	36,12%	81,68%
9	Activos financeiros	50 478,00	0,00	50 478,00	0,00%	0,00	50 478,00	0,00%	0,00%	100,00%
10	Passivos financeiros	1 008 000,00	889 779,77	118 220,23	88,27%	355 173,84	652 826,16	35,24%	34,81%	98,28%
11	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00	0,00	n.a.	24,75%	100,00%
	DESPESAS DE CAPITAL	2 793 643,50	1 848 631,05	945 012,45	66,17%	806 481,99	1 987 161,51	28,87%	19,44%	68,64%
	TOTAL DE DESPESAS	8 192 516,45	6 787 753,39	1 404 763,06	82,85%	3 126 048,27	5 066 468,18	38,16%	34,77%	79,58%

Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita	Previsões	Receita Cobrada	Saldo	Grau Exec.	Grau Exec.	Grau Exec.	
Cl.	Designação	Corrigidas	Líquida	Jun 18	Jun 17	Dez 17	
1	Impostos directos	470 467,00	282 251,16	-188 215,84	59,99%	65,23%	101,40%
2	Impostos indirectos	300,00	216,32	-83,68	72,11%	3,33%	44,10%
4	Taxas, multas e outras penalidades	115 010,00	63 524,95	-51 485,05	55,23%	53,24%	101,51%
5	Rendimentos da propriedade	230 100,00	55 864,20	-174 235,80	24,28%	25,20%	99,17%
6	Transferências correntes	5 030 407,00	2 411 286,84	-2 619 120,16	47,93%	48,05%	99,39%
7	Venda de bens e serviços correntes	533 600,00	239 707,67	-293 892,33	44,92%	25,92%	53,84%
8	Outras receitas correntes	31 200,00	774,61	-30 425,39	2,48%	66,96%	76,55%
	RECEITAS CORRENTES	6 411 084,00	3 053 625,75	-3 357 458,25	47,63%	45,75%	93,36%
9	Venda de bens de investimento	3 770,00	0,00	-3 770,00	0,00%	0,00%	0,00%
10	Transferências de capital	1 111 612,08	295 780,65	-815 831,43	26,61%	29,74%	67,23%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
13	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
	RECEITAS DE CAPITAL	1 115 382,08	295 780,65	-819 601,43	26,52%	26,85%	57,86%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,00%	20724,72%
16	Saldo da gerência anterior	665 950,37	665 950,37	0,00	100,00%	100%	100%
	OUTRAS RECEITAS	666 050,37	665 950,37	-100,00	99,98%	99,97%	106,04%
	TOTAL DE RECEITAS	8 192 516,45	4 015 356,77	-4 177 159,68	49,01%	43,18%	87,40%

Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rácios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	jun/18	jun/17	jun/18	jun/17
Receita total / Despesa total	128,45%	124,20%	59,16%	58,55%
Receita corrente / Despesa corrente	131,65%	121,69%	61,83%	63,70%
Receita capital / Despesa capital	36,68%	84,68%	16,00%	29,58%
Despesa Pessoal / Despesa Total	36,55%	36,24%	32,65%	30,32%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	30,37%	33,93%	33,22%	31,85%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	13,48%	8,15%	12,17%	13,07%
Serviço da Dívida / Despesa Total	11,36%	11,02%	13,11%	12,79%
Receitas próprias / Despesa Total	41,85%	31,79%	19,27%	14,99%
Transferências recebidas / Despesa Total	86,60%	92,41%	39,88%	43,56%
Juros e outros encargos / Despesa Total	1,04%	1,16%	1,04%	1,28%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rácios de estrutura da receita	jun/18	jun/17
Receitas próprias / Receita total	32,58%	25,60%
Transferências recebidas / Receita Total	67,42%	74,40%

6. Tendo como referência o mapa de execução orçamental da despesa paga com reporte ao mês de junho de 2018, verifica-se que a execução das despesas correntes ascende a 42,96% (contra 44,82% verificados em junho de 2017) e a execução das despesas de capital foi de 28,87% (contra 19,44% em junho de 2017). Tendo por base a ótica dos compromissos já assumidos, o grau global da execução da despesa é de 82,85% (contra 73,74% em igual período do exercício anterior), dando-se especial enfoque às despesas correntes cujos compromissos assumidos representam 91,48% (85,62% em junho de 2017) das dotações corrigidas, enquanto nas despesas de capital os compromissos assumidos representam 66,17% (55,65% em junho de 2017) da dotação existente. Note-se que, globalmente, a execução da despesa foi de 38,16%, aumentando cerca de 3,39 p.p. comparativamente ao seu período homólogo anterior, cuja execução ascendeu a 34,77%.

No que se refere às despesas com pessoal, o grau de execução ronda os 48,53% (contra 49,52% em igual período do exercício anterior), pelo que este valor se encontra dentro do balizado para o período. A aquisição de bens e serviços apresenta um grau de execução de 38,73% (42,14% em igual período do exercício anterior), porém a despesa comprometida desta natureza ascende a 91,99% (83,92% no mesmo período do ano anterior), facto relacionado com os fornecimentos regulares. O grau de execução da despesa com transferências correntes ascende a 36,88% (36,98% em junho de 2017), situando-se abaixo

do expectável para o período em análise. Este facto resulta das transferências (abaixo do expectável para o período em análise, se assumirmos a linearidade das despesas ao longo do período económico) a realizar para Instituições sem Fins Lucrativos, Freguesias e Associações de Municípios e outras transferências para as Famílias, com graus de execução de 25,39%, 35,50%, 20,51% e 0,00%.

De referir que as rubricas de "despesas com pessoal" e "aquisição de bens e serviços" são as mais significativas da despesa corrente do Município, representado cerca de 49% e 41% da despesa paga no semestre em análise, respetivamente.

Quanto ao grau de execução da despesa corrente, verifica-se que apresenta valores abaixo do expectável para o período do ano (teoricamente, e se considerarmos a execução da despesa de forma linear ao longo do ano, deveriam rondar uma taxa aproximada de 50%). De referir que, o grau de execução da despesa corrente apresentou uma queda de 1,86 pontos percentuais quando comparada com o período homólogo do ano transato.

No que se refere à execução do orçamento de despesas de capital, importa referir que se verificou um crescimento significativo no grau de execução de 9,43 pontos percentuais, quando comparado o semestre em análise com igual período do ano anterior. É de realçar o reforço verificado ao nível da execução orçamental das despesas de capital, ainda assim, os valores apresentados ao nível da execução orçamental são moderados para o período em análise, dado que as despesas de capital deveriam (ainda que teoricamente) rondar os 50,00%, contudo o grau de execução verificado situa-se nos 28,87%.

Esta situação resulta dos factos seguintes:

- Ao nível da rubrica orçamental "07 Aquisição de bens de capital" verifica-se que as subrubricas instalações de serviços, escolas, parques e jardins, cemitérios, outras construções diversas e ferramentas e utensílios, com as dotações corrigidas 8.429,76 €, 47.570,24 €, 9.840,00 €, 13.000,00 €, 78.650,00 € e 3.000,00 € ainda não iniciaram a execução financeira;
- As sub-rubricas equipamento de informática, software informático, outro equipamento básico, captação e distribuição de água, viação rural e outros (outras construções e infraestruturas), apresentam execuções de 4,29%, 6,02%, 1,40%, 0,43%, 19,02% e 17,88%, respetivamente;
- No que diz respeito à rubrica "08 Transferências de Capital", constata-se que a dotação corrigida para as freguesias ascende a 130.000,00€, contudo, a execução verificada no semestre em análise ascendeu a 11,23%;
- Ao nível da rubrica "09 Ativos Financeiros" nomeadamente no que diz respeito a unidades de participação relativas ao Fundo de Apoio Municipal, apresenta uma dotação corrigida de 50.478,00 € sem qualquer despesa paga no semestre em análise;

- Quanto à rubrica "10 Passivos Financeiros", constata-se que a subrubrica "Empréstimos a médio e longo prazos" apresenta uma dotação de 1.008.000,00 €, sendo 900.000,00 € relativos a Instituições financeiras e 108.000,00€ referentes ao Estado, sendo a execução verificada de 39,46% e 0,00%, respetivamente.

De uma forma genérica, o grau de execução da despesa surge afetado essencialmente pelo menor desempenho de execução das despesas de capital.

- 7.** No que se refere à execução orçamental da receita, globalmente, o seu grau de execução orçamental é superior ao verificado em igual período do exercício anterior, isto é, atingiu 49,01% contra 43,18% no período homólogo.

Ao nível das receitas de capital, apenas foram executados 26,52% contra os 26,85% verificados em igual período do ano anterior. A execução das receitas de capital encontra-se aquém do que seria esperado para o período de tempo decorrido, situação que ficou a dever-se essencialmente à não obtenção de receitas relacionadas com os protocolos desenvolvidos pelo Município com a EDP e com a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua. De referir que, o protocolo prevê a transferência para o Município de 375.000,00 € por parte da EDP para a reposição das infraestruturas de uma captação de água municipal e de um caminho marginal ao rio na aldeia da Sobreira do Município de Murça, a submergir pela albufeira do Aproveitamento Hidroelétrico da Foz do Tua, e de 75.000,00 € por parte da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua para beneficiação de dois troços da estrada R314.

Analisando as receitas correntes, verifica-se um grau de execução orçamental próximo do valor expectável no semestre e próximo do apresentado em igual período do ano anterior, ainda assim, o comportamento foi positivo, tendo crescido 1,88 p.p. (47,63% contra 45,75% em junho de 2017). Para o efeito, contribuíram os desempenhos ao nível da cobrança de impostos diretos (apresenta um grau de execução de 59,99% contra 65,23% em junho de 2017), relacionado essencialmente com a cobrança de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) cuja execução ascendeu a 71,9%, contudo, realça-se o facto de que, os restantes impostos diretos, nomeadamente o Imposto Único de Circulação (IUC) e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) apresentaram execuções abaixo do expectável para o período, tendo ascendido a 37,0% e 35,7%, respetivamente.

Relativamente à rubrica de taxas, multas e outras penalidades, o grau de execução orçamental verificado (55,23%) é satisfatório, tendo superado as expectativas, sendo superior em 1,99 p.p. ao valor verificado em igual período do ano anterior (53,24%), sendo de destacar o acréscimo de desempenho da cobrança de receita relacionada com as rubricas "loteamento e obras" e "saneamento", sendo os graus de execução respetivos de 60,2% e 62,3%.

Relativamente aos rendimentos de propriedade (relativos a rendimentos provenientes da concessão à EDP) verifica-se que a execução orçamental é de 24,28%, sendo que, em igual período do ano anterior a execução foi de 25,20%.

Devemos, ainda, destacar a receita proveniente das transferências correntes, cuja execução orçamental foi de 47,93% (contra 48,05% em igual período do ano anterior) com especial incidência nos montantes recebidos relativos ao FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro – 2.029.328,55 €), Fundo Social Municipal (FSM – 54.882,00 €), Participação fixa no IRS (65.586,00€) e participações do Ministério da Educação (206.829,31 €). De referir que a rubrica de “transferências correntes” é a que apresenta um maior peso no total da receita cobrada do Município, ascendendo a 77,75%.

A subrubrica “Dgeste” apresenta uma dotação de 65.000,00 €, contudo a execução verificada no semestre em análise fixou-se nos 12,0% e a comparticipação do FSE em projetos cofinanciados com o Estado Português, cuja dotação corrigida ascende a 35.000,00 €, não apresenta qualquer execução. Em resultado destas duas situações a execução da rubrica de “transferências correntes” é inferior a 50%, fixando-se em 47,93%.

Quanto à rubrica de “Venda de bens e serviços correntes”, verifica-se uma execução de 44,92% (25,92% em 2017), pelo que se realça a evolução positiva evidenciada na execução orçamental desta rubrica.

As “Transferências Correntes” representam cerca de 79% da receita cobrada líquida no semestre em análise, representando a receita própria ao nível das receitas correntes os remanescentes 21%.

- 8.** Face ao já descrito nos parágrafos anteriores, na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente pela receita corrente foi de 131,65% quando em igual período do ano anterior havia sido de 121,69%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, as despesas correntes foram suportadas em 61,83% pelas receitas correntes quando no ano anterior aquela relação era de 63,70%. As receitas correntes superaram em 734.059,47 € as despesas correntes na ótica da despesa paga e, as receitas correntes são inferiores em 1.885.496,59 € às despesas correntes com base na ótica da despesa comprometida.

Considerando as receitas e as despesas de capital, na ótica da despesa paga, em junho de 2018 verifica-se um decréscimo face a junho de 2017, isto é, as despesas de capital foram cobertas com receitas de capital, até junho de 2018, em 36,68% e em 84,68% até junho de 2017. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, até junho de 2018 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 16,00% pelas receitas de capital, quando em igual período de 2017 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 29,58%, o que significa que, as receitas de capital são inferiores às despesas de capital em 510.701,34 € na ótica da despesa paga e em 1.552.850,40 € na ótica da despesa comprometida.

- 9.** No que se refere às receitas próprias, considerando a informação reportada a junho de 2018, identifica-se um acréscimo significativo, face a igual período do ano anterior, isto é, passaram de 1.012.367,99 € em



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number 7/15.

junho de 2017 para 1.308.289,28 em junho de 2018 (+295.921,29€). Esta variação, está essencialmente relacionada com o aumento do saldo de gerência entre junho de 2017 e junho de 2018, tendo ascendido ao montante de 324.768,84 €. Com isto, na ótica da despesa paga, as receitas próprias passaram a representar 41,85% da despesa total, enquanto, em igual período do ano anterior representavam 31,79%. Por sua vez, na ótica da despesa comprometida, as receitas próprias ascendiam a 19,27% em junho de 2018 e a 14,99% em junho de 2017.

10. A despesa comprometida até 30 de junho de 2018 mostrou-se superior em 2.772.396,62 € em relação à receita cobrada, quando este valor ascendia a 2.799.482,67€ em junho de 2017. De referir ainda que, as receitas próprias representam 32,58% da receita total, quando em igual período do ano transato representavam 25,60%. Quanto às transferências recebidas (correntes e de capital) representam no semestre em análise 67,42% da receita total obtida, sendo 74,40% no período homólogo de 2017.

ANÁLISE ECONÓMICA

11. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		jun/18	%	jun/17	%	dez/17	%
Cl.	Designação						
71	Vendas e prestações de serviços	350 609,13	9,84%	338 501,89	9,86%	778 942,88	10,86%
72	Impostos e taxas	331 258,42	9,29%	334 478,35	9,75%	523 885,11	7,31%
73	Proveitos Suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
74	Transferências e subsídios obtidos	2 675 935,46	75,07%	2 566 790,74	74,79%	5 424 405,27	75,64%
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	285,90	0,00%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	206 551,08	5,79%	192 436,17	5,61%	443 551,50	6,19%
TOTAL DE PROVEITOS		3 564 354,09	100,00%	3 432 207,15	100,00%	7 171 070,66	100,00%

Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		jun/18	%	jun/17	%	dez/17	%
Cl.	Designação						
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	149 273,97	4,77%	133 793,70	3,91%	352 209,07	5,02%
62	Fornecimentos e serviços externos	897 994,15	28,71%	999 948,54	29,23%	1 967 360,60	28,02%
63	Transf. e subsid. corr. conced. e prest. sociais	144 800,47	4,63%	220 124,28	6,44%	403 022,46	5,74%
64	Custos com o pessoal	1 163 697,76	37,20%	1 208 902,80	35,34%	2 316 402,49	32,99%
65	Outros custos e perdas operacionais	10 977,66	0,35%	15 632,27	0,46%	22 449,26	0,32%
66	Amortizações do exercício	702 367,42	22,46%	697 022,54	20,38%	1 404 734,11	20,01%
67	Provisões do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%	33 865,93	0,48%
68	Custos e perdas financeiros	26 228,48	0,84%	32 554,96	0,95%	103 398,94	1,47%
69	Custos e perdas extraordinários	32 528,67	1,04%	112 742,50	3,30%	417 774,68	5,95%
TOTAL DE CUSTOS		3 127 868,58	100,00%	3 420 721,59	100,00%	7 021 217,54	100,00%

12. A estrutura de proveitos apresenta um acréscimo de 132.146,94 € (3,85%) face a igual período do ano anterior, relacionado essencialmente com o crescimento das rubricas de "Transferências e subsídios obtidos", apresentando um crescimento de 4,25%, quando comparado com o período homólogo do ano transato. De referir que, este crescimento verificado nas transferências e subsídios obtidos, resultam de maiores transferências decorrentes do Orçamento do Estado e de uma transferência obtida da Direção Regional de Cultura do Norte para beneficiação da obra da "Capela da Misericórdia".

13. No que se refere à estrutura de custos, em termos globais, verifica-se um decréscimo de 292.853,01 € (cerca de 8,6%) face a junho de 2017. Esta diminuição está relacionada com o menor valor apresentado



9/15
A.V.

na rubrica de gastos com pessoal, que ascendeu a 1.163.697,76 €, quando em igual período do ano anterior ascendia a 1.208.902,80 €, verificando-se assim uma diminuição de cerca de 3,74%.


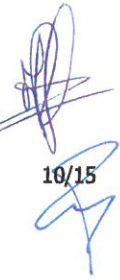


Também, as transferências e subsídios concedidos foram inferiores aos valores transferidos em igual período do ano anterior, sendo a diminuição de 34,2% (-75.323,81 €), sendo o principal motivo desta diminuição a queda nas transferências para as instituições sem fins lucrativos (-71.375,34 €).

Outra das rubricas de custos com maior diminuição foi a rubrica de "Custos e perdas extraordinários", tendo apresentado uma diminuição de 71,1% (-80.213,83 €), fixando-se nos 32.528,67 €. O motivo desta queda, prende-se essencialmente com o facto de terem sido transferidas menores verbas para as Juntas de Freguesia (-58.393,36 €) e para as Instituições Sem Fins Lucrativos (-15.855,85 €).

Por fim, a rubrica com maior impacto na diminuição dos custos verificado neste primeiro semestre, é a rubrica de "fornecimentos e serviços externos". Pode-se observar uma diminuição de 10,2% (-101.954,39 €) face ao período homólogo do ano anterior, fixando-se o total dos "fornecimentos e serviços externos" em 897.994,15 €. Note-se que, esta rubrica é a segunda maior componente do total de custos, ascendendo a 28,71%, seguindo-se à rubrica de "custos com pessoal" que representa 37,20% do total de custos incorridos no período em análise. Seguidamente detalhamos as principais variações ocorridas nesta rubrica:

Conta	Designação	Saldos em 30 de junho de:		Variação	
		2018	2017	Absoluta	%
621	Subcontratos	146 807,13 €	167 197,99 €	- 20 390,86 €	-12,20%
622	Fornecimentos e Serviços	751 187,02 €	832 750,55 €	- 81 563,53 €	-9,79%
62211	Electricidade	82 178,37 €	125 176,86 €	- 42 998,49 €	-34,35%
62212	Combustíveis	27 732,13 €	32 467,75 €	- 4 735,62 €	-14,59%
62215	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	71 744,33 €	39 939,41 €	31 804,92 €	79,63%
62219	Rendas e alugueres	19 478,30 €	17 689,56 €	1 788,74 €	10,11%
62221	Despesas de representação	1 539,06 €	2 703,25 €	- 1 164,19 €	-43,07%
62222	Comunicação	21 891,23 €	20 966,69 €	924,54 €	4,41%
62223	Seguros	14 032,56 €	6 379,18 €	7 653,38 €	119,97%
62227	Deslocações e estadas	2 603,04 €	1 416,99 €	1 186,05 €	83,70%
62229	Honorários	18 761,60 €	118 848,73 €	- 100 087,13 €	-84,21%
62231	Contencioso e notariado	- €	14 370,68 €	- 14 370,68 €	-100,00%
62232	Conservação e reparação	65 646,82 €	42 845,23 €	22 801,59 €	53,22%
62233	Publicidade e propaganda	765,35 €	10 236,22 €	- 9 470,87 €	-92,52%
62234	Limpeza, higiene e conforto	164 716,08 €	152 518,64 €	12 197,44 €	8,00%
62235	Vigilância e segurança	590,12 €	300,00 €	290,12 €	96,71%
62236	Trabalhos especializados	3 111,56 €	15 000,93 €	- 11 889,37 €	-79,26%
62237	Transportes Escolares	132 634,86 €	106 543,18 €	26 091,68 €	24,49%
62238	ALIMENTAÇÃO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	36 068,98 €	33 852,47 €	2 216,51 €	6,55%
62290	Encargos de cobrança	6 720,14 €	9 174,56 €	- 2 454,42 €	-26,75%
62298	Outros fornecimentos e serviços	2 465,21 €	1 499,74 €	965,47 €	64,38%
62299	Outros	78 507,28 €	80 820,48 €	- 2 313,20 €	-2,86%
Total		897 994,15 €	999 948,54 €	- 101 954,39 €	-10,20%

No que diz respeito às amortizações do exercício, estas foram calculadas tendo por referência o total das amortizações apresentadas no ano de 2017, estimando-se 50% do montante das amortizações



10/15



reconhecidas nesse período. Assim, apresentam um crescimento de 0,7% (+5.344,88 €), ascendendo a 702.367,42 €.

No mesmo sentido o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas cresceu 11,6% (+15.480,27 €), quando comparado com igual período do ano transato, fixando-se em 149.273,97 €.

14. Tendo em consideração os valores acima referidos e as explicitações efetuadas, o resultado do período ascende a 436.485,51 € (que compara com 11.485,56 € verificado em igual período do ano anterior). Importa salientar que o crescimento do resultado líquido semestral do Município está diretamente relacionado com a diminuição dos seus custos, nomeadamente com fornecimentos e serviços externos, com custos com pessoal, e com as transferências e subsídios concedidos e os custos e perdas extraordinárias (em resultado da diminuição das transferências de verbas para as Juntas de Freguesia e para as Instituições Sem Fins Lucrativos).

15. A análise da demonstração de resultados intercalar não apresenta o mesmo rigor que se verifica no final de cada exercício económico, uma vez que neste período intercalar não se encontra assegurada a integral especialização contabilística dos custos e proveitos, sobretudo para as situações de menor relevância contabilística. Contudo, é de salientar a correta aplicação de critérios ao nível da especialização dos exercícios, relativamente às rubricas de maior significado.

ANÁLISE FINANCEIRA

16. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	jun/18	%	jun/17	%	dez/17	%
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes c/c	35 768,45	4,25%	41 353,61	45,47%	27 904,04	4,97%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	10 148,28	1,21%	12 427,85	13,67%	32,29	0,01%
24	Estado e outros entes públicos	18 981,38	2,25%	37 146,76	40,85%	18 981,38	3,38%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros Devedores	777 035,37	92,29%	16,06	0,02%	514 964,46	91,65%
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Total Curto Prazo	841 933,48	100,00%	90 944,28	100,00%	561 882,17	100,00%
	Total Médio Longo Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	841 933,48	100,00%	90 944,28	100,00%	561 882,17	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	jun/18	%	jun/17	%	dez/17	%
2311	Empréstimos de curto prazo	652 826,16	12,15%	642 087,05	9,93%	1 008 000,00	17,36%
221	Fornecedores c/c	488 552,23	9,09%	321 136,78	4,97%	364 049,36	6,27%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	908,74	0,01%	0,00	0,00%
217	Clientes e utentes c/cauções	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	77 134,58	1,44%	136 500,10	2,11%	179 596,58	3,09%
2618	F. imobilizado - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
24	Estado e outros entes públicos	57 074,84	1,06%	59 631,14	0,92%	31 046,60	0,53%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros credores	59 029,76	1,10%	96 603,87	1,49%	73 677,74	1,27%
	Total Curto Prazo	1 334 617,57	24,84%	1 256 867,68	19,44%	1 656 370,28	28,52%
2312	Dívidas a instituições de crédito	3 999 353,83	74,45%	5 005 089,99	77,43%	3 999 353,83	68,87%
2689	Outros credores	37 858,50	0,70%	201 914,83	3,12%	151 436,83	2,61%
	Total Médio Longo Prazo	4 037 212,33	75,16%	5 207 004,82	80,56%	4 150 790,66	71,48%
	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	5 371 829,90	100,00%	6 463 872,50	100,00%	5 807 160,94	100,00%

17. O valor de dívidas a receber (841.933,48 €) apresenta um acréscimo de 750.989,20 €, face ao verificado no período homólogo do ano anterior. Esta variação está essencialmente relacionada com o valor a receber da EDP e da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua em resultado de protocolo para a beneficiação do caminho junto ao rio Tua (375.000,00 €), e de protocolo para a beneficiação de dois troços da estrada R314 (75.000,00 €). De referir que, o crescimento verificado também resulta de valores a

receber do Fundo Social Europeu em resultado de projetos de investimento reconhecidos contabilisticamente (302.091,31 €).

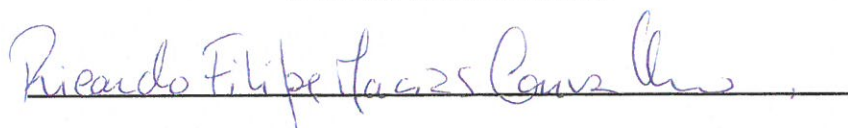
18. O valor global das dívidas a pagar no final do primeiro semestre ascende a 5.371.829,90 € (que compara com 6.463.872,50 € em junho de 2017), montante inferior em 1.092.042,60 € (-16,9%) face ao verificado no período homólogo do ano anterior. Para o efeito contribuiu, comparativamente com junho de 2017, a redução das dívidas a instituições de crédito em 994.997,05 €, bem como a redução das dívidas aos outros credores em 201.630,44 €. De referir que, parte desta diminuição resultou da redução dos montantes a contribuir para o FAM (Fundo de Apoio Municipal) devido à alteração do artigo 19.º da Lei 53/2014, de 25 de agosto, proporcionada pela entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018 (Lei 114/2017, de 29 de dezembro), nomeadamente do seu artigo 303, esta alteração traduziu-se numa redução de 126.197,83 € do montante a entregar àquele organismo até 2020.

19. No âmbito do **Regime Financeiro das Autarquias Locais – Capítulo V (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)**, verifica-se que:

- a) O Município de Murça cumpriu com o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei supramencionada, apresentando em 30 de junho de 2018 uma margem disponível por utilizar de 1.359.829 €.
- b) É cumprido o disposto no número 2 do artigo 40º que dispõe que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- c) Nos termos da Lei n.º 8/2012, com todas as suas alterações subsequentes, não se verificam no Município pagamentos em atraso, ou seja, não se verificam contas a pagar, que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.
- d) Os fundos disponíveis no final do primeiro semestre de 2018 ascendiam a 429.473,85 €.

Viseu, 13 de setembro de 2018

O Revisor Oficial de Contas



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Ricardo Filipe Macias Carvalho, ROC n.º 1657, CMVM n.º 20161267

13/15



ANEXOS



1. BALANÇO (junho/2018 vs dez/2017)

RUBRICAS	EXERCÍCIOS			
	AB	2018 AP	AL	2017 AL
ATIVO				
IMOBILIZADO				
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	49 070,05	0,00	49 070,05	49 070,05
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	16 031 830,82	9 127 642,37	6 904 188,45	7 192 030,81
OUTROS BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	1 225 305,34	490 109,53	735 195,81	764 261,29
	17 306 206,21	9 617 751,90	7 688 454,31	8 005 362,15
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	38 042,98	38 042,98	0,00	0,00
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	6 413,85	5 344,88	1 068,97	2 137,95
	44 456,83	43 387,86	1 068,97	2 137,95
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	4 597 034,00	0,00	4 597 034,00	4 585 922,92
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	18 277 431,65	7 908 116,91	10 369 314,74	10 684 151,50
EQUIPAMENTO BÁSICO	810 513,80	632 938,62	177 575,18	166 818,25
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	413 351,23	409 263,73	4 087,50	8 175,00
FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS	42 910,38	37 641,02	5 269,36	5 536,06
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	404 714,75	394 678,08	10 036,67	5 796,09
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	437,00	437,00	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	515 209,09		515 209,09	375 379,73
	25 061 601,90	9 383 075,36	15 678 526,54	15 831 779,55
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
PARTES DE CAPITAL	132 267,58	0,00	132 267,58	132 267,58
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	227 151,00	0,00	227 151,00	353 348,83
	359 418,58	0,00	359 418,58	485 616,41
CIRCULANTE				
EXISTÊNCIAS				
MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	18 103,00	0,00	20 614,76	21 442,00
	18 103,00	0,00	20 614,76	21 442,00
DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO LONGO PRAZOS				
	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO				
CONTRIBUÍNTES C/C	2 970,34		2 970,34	1 201,11
UTENTES C/C	32 798,11		32 798,11	26 702,93
CLIENTES, CONTRIBUÍNTES E UTENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA	55 672,04	45 523,76	10 148,28	32,29
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	18 981,38		18 981,38	18 981,38
OUTROS DEVEDORES	777 035,37	0,00	777 035,37	514 964,46
	887 457,24	45 523,76	841 933,48	561 882,17
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS				
	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA				
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	968 841,93		968 841,93	724 933,95
CAIXA	6 441,87		6 441,87	6 462,54
	975 283,80		975 283,80	731 396,49
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	507 846,05		507 846,05	483 371,21
CUSTOS DIFERIDOS	0,00		0,00	5 922,90
	507 846,05		507 846,05	489 294,11
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		19 044 215,12		
TOTAL DE PROVISÕES		45 523,76		
TOTAL DO ACTIVO	45 160 373,61	19 089 738,88	26 073 146,49	26 128 910,83
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
FUNDOS PRÓPRIOS				
PATRIMÓNIO			6 767 723,45	6 767 723,45
RESERVAS LEGAIS			443 097,09	435 604,43
RESULTADOS TRANSITADOS			5 567 613,70	5 425 253,24
			12 778 434,24	12 628 581,12
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			436 485,51	149 853,12
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS			13 214 919,75	12 778 434,24
PASSIVO				
DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO LONGO PRAZO				
EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO LONGO PRAZO			3 999 353,83	3 999 353,83
OUTROS CREDORES - FAM			37 858,50	151 436,83
			4 037 212,33	4 150 790,66
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO				
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO			652 826,16	1 008 000,00
FORNECEDORES C/C			488 552,23	364 049,36
CREDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO			11 009,47	0,00
FORNECEDORES DE IMOBILIZADO C/C			77 134,58	179 596,58
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS			57 074,84	31 046,60
OUTROS CREDORES			59 029,76	73 677,74
			1 345 627,04	1 656 370,28
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS			762 621,76	911 890,47
PROVEITOS DIFERIDOS			6 712 765,61	6 631 425,18
			7 475 387,37	7 543 315,65
TOTAL DO PASSIVO			12 858 226,74	13 350 476,59
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			26 073 146,49	26 128 910,83

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (junho/2018 vs junho 2017)

CONTAS POCAI	EXERCÍCIO			
	2018		2017	
CUSTOS E PERDAS				
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS				
MERCADORIAS	105 586,30		60 230,86	
MATÉRIAS	43 687,67	149 273,97	73 562,84	133 793,70
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	897 994,15		999 948,54	
CUSTOS COM O PESSOAL				
REMUNERAÇÕES	904 924,97		932 833,44	
ENCARGOS SOCIAIS	258 772,79	2 061 691,91	276 069,36	2 208 851,34
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS E PREST. SOCIAIS	144 800,47	144 800,47	220 124,28	220 124,28
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	702 367,42		697 022,54	
PROVISÕES DO EXERCÍCIO	0,00	702 367,42	0,00	697 022,54
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	10 977,66	10 977,66	15 632,27	15 632,27
(A)		3 069 111,43		3 275 424,13
CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	26 228,48	26 228,48	32 554,96	32 554,96
(C)		3 095 339,91		3 307 979,09
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	32 528,67	32 528,67	112 742,50	112 742,50
(E)		3 127 868,58		3 420 721,59
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	436 485,51	436 485,51	11 485,56	11 485,56
		3 564 354,09		3 432 207,15
PROVEITOS E GANHOS				
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
VENDAS DE MERCADORIAS	0,00		0,00	
VENDAS DE PRODUTOS	70 785,26		81 914,52	
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	279 823,87	350 609,13	256 587,37	338 501,89
IMPOSTOS E TAXAS	331 258,42		334 478,35	
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	0,00		0,00	
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	0,00		0,00	
PROVEITOS SUPLEMENTARES	0,00		0,00	
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	2 675 935,46		2 566 790,74	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	0,00	3 007 193,88	0,00	2 901 269,09
(B)		3 357 803,01		3 239 770,98
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00
(D)		3 357 803,01		3 239 770,98
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	206 551,08	206 551,08	192 436,17	192 436,17
(F)		3 564 354,09		3 432 207,15

RESULTADOS OPERACIONAIS (B) - (A)	288 691,58	-35 653,15
RESULTADOS FINANCEIROS (D-B) - (C-A)	-26 228,48	-32 554,96
RESULTADOS CORRENTES (D) - (C)	262 463,10	-68 208,11
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (F) - (E)	436 485,51	11 485,56